


A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AOS POVOS ORIGINÁRIOS NA CASAI PARINTINS: DESAFIOS E PECULIARIDADES

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-202>

Data de submissão: 15/06/2025

Data de Publicação: 15/07/2025

Tatiana da Silva Pinheiro
Graduada em Serviço Social
Instituição: FAMETRO

Cleide Brandão Batista
Graduada em Serviço Social
Instituição: FAMETRO

Sandrele Cristina Souza Santos Melo
Graduada em Serviço Social
Instituição: FAMETRO

Dayanne de Oliveira Souza Dutra
Graduada em Serviço Social
Instituição: FAMETRO

Ivone Eleuterio de Menezes
Graduada em Enfermagem
Instituição: FAMETRO

Nicolas Madeira Flores
Graduando em Medicina
Instituição: Universidade Católica de Pelotas
E-mail: niflores2000@gmail.com

Katiusciane Helizana de Sousa Queiroz
Pós-graduanda em Assistência Social e Saúde Pública
Instituição: Faculdade de Minas
E-mail: katiuscianequeiroz@gmail.com

Adrielly Lorrane Azevedo
Pós-graduada em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo - ABA
Instituição: Centro Universitário União das Américas Descomplica, Uniamérica
E-mail: profenfadrielly@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1125-5604>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749974850777906>

Jakson dos Santos Raposo
Mestrando em antropologia social
Instituição: Universidade Federal de Roraima - UFRR
E-mail: pesquisadorjakson@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4134-2051>

Luzimere Pires do Nascimento

Doutoranda em Saúde Pública e Meio Ambiente

Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública ENSP

E-mail: mere.pires@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7280-5608>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4993689415904289>

RESUMO

A atuação do assistente social junto aos povos originários na Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) de Parintins envolve uma série de desafios e particularidades decorrentes da diversidade cultural, das especificidades sociais e das vulnerabilidades enfrentadas por essas populações. A CASAI Parintins presta serviços de acolhimento e apoio à saúde para indígenas em tratamento médico fora de suas aldeias, o que exige do assistente social uma compreensão profunda das realidades e tradições dos povos originários, além de uma abordagem que respeite a autonomia e os valores culturais de cada etnia. O presente estudo tem como objetivo principal analisar quais tem sido as contribuições da prática do assistente social junto aos indígenas atendidos na CASAI Parintins. A pesquisa iniciou com a definição clara do tema a ser estudado, com foco em questões específicas que guiaram a investigação. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico: a pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica que será abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização. Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se as questões de vulnerabilidade social, como o deslocamento forçado, a falta de recursos financeiros e a distância das comunidades de origem, o que pode gerar sentimentos de isolamento e angústia nos pacientes e seus acompanhantes. Outro ponto relevante é a articulação entre os serviços de saúde pública e as políticas de assistência social, a fim de garantir o acesso integral aos direitos sociais e à saúde. A atuação do assistente social na CASAI Parintins apresenta uma série de desafios específicos que encerram uma abordagem diferenciada e sensível às questões culturais e sociais dos povos originários. A mediação entre os saberes tradicionais indígenas e o sistema de saúde ocidental, o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e o respeito à diversidade cultural são aspectos centrais desse trabalho.

Palavras-chave: Desafios; Indígenas; Peculiaridades; Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo estuda uma temática muito relevante sobre a atuação do assistente social junto aos povos originários de Parintins no estado do Amazonas, enfatizando sobre os desafios e suas peculiaridades. O Interesse pela pesquisa e pela escolha do tema, surgiu a partir das experiências vivenciadas no campo de estágio que foi realizado na Casa de Saúde Indígena de Parintins, pois mediante as atividades desenvolvidas durante o estágio, foi possível observar às diversas abordagens da atuação do assistente social, a qual podemos reconhecer o seu papel de grande relevância, assim também, como observar suas funções desenvolvidas que são as articulações entre as parcerias com a rede que presta orientação social, a educação em educação, ainda tivemos a oportunidade de vivenciamos as normas e rotinas da instituição, e acompanhar o trabalho da equipe.

Dentro dessa perspectiva, mencionamos as intervenções que são realizadas pelo assistente social e sua equipe, que são as visitas às aldeias, onde podemos conhecer os usuários indígenas e poder avaliar as demandas e solicitações no decorrer do seu tratamento de Saúde. A atuação do assistente social junto aos povos originários tem se destacado como uma prática que exige uma compreensão aprofundada das particularidades socioculturais e históricas desses grupos. No contexto da casa de saúde indígena (CASAI) em Parintins, o trabalho social envolve uma série de desafios específicos, que estão relacionados tanto à dinâmica institucional quanto às condições de vida das populações atendidas. A CASAI tem um papel fundamental no apoio à saúde indígena, oferecendo serviços de acolhimento e acompanhamento para os indígenas que realizam tratamento médico fora de suas aldeias. Nesse contexto, o assistente social é uma figura chave, pois atua na mediação entre as necessidades dos povos indígenas e a exigência do sistema de saúde não indígena (Pereira; Nunes 2014).

O presente estudo tem como objetivo principal analisar quais tem sido as contribuições da prática do assistente social junto aos indígenas atendidos na CASAI Parintins. E como objetivos específicos apontar quais são as particularidades presentes no contexto da saúde indígena; sinalizar como a prática do assistente social vem contribuindo para o acesso aos direitos no âmbito da saúde Indígena; identificar quais os principais desafios vivenciados pelo assistente social no cotidiano dos seus atendimentos realizado junto aos indígenas. Ainda temos com situação problema as atribuições e desafios do assistente social junto aos indígenas atendidos na CASAI de Parintins.

Neste parágrafo apontaremos as questões de pesquisa que irão ser norteadoras para buscarmos as respostas: quais os principais desafios vivenciados pelo assistente social no cotidiano dos seus atendimentos realizado junto aos indígenas na CASAI Parintins? Como a prática do assistente social vem contribuindo para o acesso aos direitos no âmbito da saúde indígena? Quais são as particularidades

presentes no contexto da saúde indígena na cidade de Parintins? Como o assistente social vem desenvolvendo sua atuação, levando em consideração os aspectos culturais dos indígenas?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1.1 Gênese do Serviço Social

De acordo com Cardoso e Cesar (1995) “a gênese do Serviço Social é marcada por um contexto histórico de transformações sociais, econômicas e políticas que exigiram novas formas de intervenção social. Suas origens estão diretamente ligadas às mudanças trazidas pela Revolução Industrial, à emergência da questão social e ao surgimento de novas respostas por parte do Estado, da Igreja e da sociedade civil. O Serviço Social, enquanto profissão, foi constituído e institucionalizado no início do século XX, em especial na Europa e na América Latina, incluindo o Brasil, onde teve forte influência da Igreja Católica e das políticas públicas de combate à pobreza.

Conforme Iamamoto (1995) a revolução industrial e o crescimento acelerado das cidades impulsionaram um aumento da pobreza e da precarização das condições de vida dos trabalhadores. Esses problemas sociais conhecidos como “questão social”, mobilizaram setores da sociedade, como a Igreja e grupos filantrópicos, que passaram a desenvolver ações de assistência aos mais necessitados. No entanto, com o agravamento das desigualdades, essas iniciativas se mostraram insuficientes, o que levou à criação de uma profissão especializada no enfrentamento dessas questões: o Serviço Social.

No Brasil, a gênese do Serviço Social foi marcada pela presença forte da Igreja Católica, sobretudo no contexto do movimento de renovação da Igreja, com a Encíclica Rerum Novarum (1891). A ideia de caridade e assistência, inicialmente de caráter moral e religioso, foi se transformando para incorporar elementos de uma prática mais sistemática e técnica. Essa fase inicial é conhecida como Serviço Social de cunho tradicional ou conservador, que visava principalmente à moralização e controle social das classes mais pobres (Forti, 2016).

Com a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil na década de 1930 como a Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e a do Rio de Janeiro (1937), inicia-se a institucionalização da profissão. O Serviço Social, então, passou a se estruturar como uma prática voltada para o atendimento das demandas sociais, muitas vezes alinhada aos interesses do Estado e da Igreja. O período foi caracterizado por uma formação técnica voltada para a assistência e a disciplina social.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Serviço Social passou por uma importante transformação, marcada pelo movimento de reconceitualização. Esse processo envolveu uma crítica ao caráter

assistencialista e moralizador da profissão e buscou aproximá-la das teorias críticas e das ciências sociais. No Brasil, esse movimento se fortaleceu em resposta à ditadura militar (1964-1985), quando muitos assistentes sociais passaram a se engajar em uma prática mais comprometida com a transformação social e os direitos humanos.

2.1.2 Relação do Serviço Social: Capital x Trabalho

Segundo a visão de Alves *et al* (2021) no contexto da sociedade capitalista industrial, as novas formas de produção e organização do trabalho, sobretudo após a Revolução Industrial, intensificaram a exploração da classe trabalhadora. O aumento da pobreza, da precarização e das condições insalubres de vida dos trabalhadores se consolidou como a questão social, sendo um conjunto de manifestações da desigualdade que exigia respostas por parte do poder público e das elites.

No entendimento de Cardoso e Cesar (2015) o Serviço Social emergiu como uma profissão que media as tensões entre o capital e o trabalho, buscando dar respostas assistenciais a essas manifestações. No entanto, desde suas origens, a profissão esteve inserida em um campo contraditório, oscilando entre a reprodução da ordem social e o engajamento em lutas pela transformação.

Iamamoto (2000) fala que na fase inicial do Serviço Social, principalmente na América Latina e no Brasil, ele teve um caráter conservador, atuando como uma prática de controle social. As ações assistenciais, promovidas por instituições religiosas e por políticas públicas embrionárias, não buscavam transformar as causas da desigualdade, mas sim minimizar seus efeitos, garantindo que a ordem social fosse mantida. Nesse contexto, o Serviço Social contribuiu para o ajuste da força de trabalho ao mercado, ao promover a pacificação das classes populares, evitando revoltas e reforçando a disciplina social.

Essa postura refletia a funcionalidade do Serviço Social na lógica capitalista: manter a força de trabalho saudável e sob controle, evitando que a precariedade excessiva dos trabalhadores ameaçasse a estabilidade econômica e política. Nas décadas de 1960 e 1970, especialmente com o movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil, houve uma mudança significativa no entendimento da profissão. Esse movimento foi influenciado por teorias marxistas e pela crítica ao caráter assistencialista da prática até então predominante. A partir dessa perspectiva, o Serviço Social passou a ser compreendido como uma prática social inserida nas contradições entre capital e trabalho, e muitos profissionais começaram a se alinhar às lutas da classe trabalhadora (Max 2000).

A reconceituação trouxe um reposicionamento crítico da profissão, que passou a denunciar a exploração capitalista e a desigualdade estrutural. Assistentes sociais engajaram-se na construção de

políticas públicas mais inclusivas e emancipadoras, e passaram a atuar ao lado de movimentos sociais e sindicatos, reivindicando direitos trabalhistas e sociais (Almeida, 2006).

Com o avanço do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, o Estado começou a reduzir seu papel na proteção social, transferindo essa responsabilidade para o mercado e a sociedade civil. Nesse contexto, o Serviço Social voltou a ser confrontado com novas formas de precarização do trabalho e aumento da pobreza, características do processo de reconfiguração do capital. O desemprego em massa, a flexibilização das relações de trabalho e a diminuição dos direitos sociais geraram novas demandas para a profissão (Iamomato, 1996). “O Serviço Social, assim, passou a atuar tanto na mitigação dos efeitos do desemprego e da informalidade, quanto na luta pela manutenção de direitos sociais e pela proteção dos trabalhadores”.

2.1.3 Questão social como objeto de trabalho do Serviço Social

Para Bonetti *et al* (2006) a questão social é a categoria central e o objeto de trabalho do Serviço Social, entendida como o conjunto de desigualdades e problemáticas sociais geradas pela estrutura capitalista, especialmente pela contradição entre capital e trabalho. A prática do Serviço Social, nesse contexto, busca intervir nas expressões dessas desigualdades e promover a garantia de direitos e o acesso a serviços sociais. Assim, a profissão desempenha uma função mediadora entre o Estado, a sociedade e os sujeitos sociais, lidando diretamente com os efeitos da precarização e da exclusão social.

A questão social refere-se às múltiplas manifestações das desigualdades econômicas, sociais e culturais decorrentes do processo de exploração do trabalho e da concentração de renda. Ela é uma contradição estrutural do sistema capitalista, expressa em fenômenos como pobreza, desemprego, falta de acesso à educação e saúde, desigualdade de gênero e raça, e precarização das condições de vida dos trabalhadores. Portanto, não se trata apenas de uma "carência material", mas de um produto histórico das relações de classe (Guerra, 2000).

Desde sua gênese, o Serviço Social foi chamado a atuar nas expressões da questão social, especialmente por meio de práticas assistencialistas e filantrópicas voltadas para a mitigação dos efeitos da pobreza e da marginalização. Durante muito tempo, a profissão teve um caráter conservador, instrumentalizada pelo Estado e pela Igreja para controlar e pacificar as classes populares, mantendo a ordem social e garantindo que as tensões entre capital e trabalho não se transformassem em conflitos abertos (Matos, 2005).

Segundo Iamomato (2008) a reconceitualização do Serviço Social nas décadas de 1960 e 1970, a profissão passou por uma profunda transformação: a questão social deixou de ser vista apenas como uma “carência” ou “desvio” a ser corrigido e passou a ser compreendida como um processo inerente à

exploração capitalista. Assim, o Serviço Social começou a se posicionar como uma prática crítica, comprometida com a defesa dos direitos sociais e a transformação estrutural.

Segundo Iamamoto (2012), a questão social atual é marcada por expressões como desemprego, subemprego, desigualdade, exclusão social, precarização da proteção social e maior vulnerabilidade de grupos como negros, mulheres, povos indígenas e pessoas LGBTQIA+. Esses fenômenos, intensificados pelo neoliberalismo, exigem respostas renovadas do Serviço Social, que atua na formulação e avaliação de políticas públicas, no acompanhamento de grupos vulneráveis, na mediação de conflitos e na promoção dos direitos humanos, sempre com foco na equidade, inclusão e cidadania.

2.1.4 Atuação do assistente social em diversos campos ocupacionais

Conforme Muriel *et al* (2010) o assistente social é um profissional comprometido com a promoção de direitos e com a transformação das condições de vida dos indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade. Sua atuação se dá em diversos campos ocupacionais, especialmente no âmbito das políticas públicas, da iniciativa privada e de organizações não governamentais (ONGs), desempenhando um papel estratégico na garantia e efetivação de direitos sociais. A prática do Assistente Social é marcada pela mediação entre a sociedade e o Estado, articulando demandas sociais e orientando o acesso a serviços e benefícios.

Segundo Iamamoto (1995), o Assistente Social desempenha um papel essencial em diversos campos de atuação, com destaque para a assistência social, onde atua na gestão e execução de serviços socioassistenciais, especialmente no SUAS, realizando o acompanhamento de famílias em situação de risco, elaborando Planos de Ação Familiar (PAF), inserindo beneficiários em programas como o Bolsa Família/Auxílio Brasil, atendendo em CRAS e CREAS, enfrentando violências e promovendo a inclusão de populações em situação de rua.

Na saúde, sua atuação se dá em hospitais, unidades básicas, CAPS e atenção primária, contribuindo para a humanização do atendimento no SUS, auxiliando pacientes com dificuldades sociais, integrando equipes multiprofissionais e prestando assistência a grupos vulneráveis como pessoas com doenças crônicas, gestantes e idosos. No campo da educação, promove inclusão e permanência de estudantes em escolas e universidades, combate à evasão e à violência escolar, orienta alunos com dificuldades sociais e participa de projetos de educação em direitos humanos e políticas de acesso como cotas e bolsas. No Poder Judiciário, atua em varas da infância, família e criminal, elaborando pareceres e laudos, acompanhando adolescentes em medidas socioeducativas e facilitando o acesso à justiça por meio da Defensoria Pública e do Ministério Público (Iamamoto, 1995).

Na iniciativa privada, contribui com políticas de bem-estar no setor de Recursos Humanos, gerenciando benefícios, promovendo qualidade de vida no trabalho, mediando conflitos e implementando projetos de responsabilidade social. Também tem presença significativa na formulação de políticas públicas, como gestor, consultor, avaliador de programas sociais e articulador entre sociedade civil e governo. Em ONGs e movimentos sociais, planeja e executa projetos de inclusão e promoção de direitos, atua com movimentos sociais e minorias, mobiliza comunidades e acompanha imigrantes e refugiados. Na Previdência Social, especialmente no INSS, orienta sobre benefícios, elabora laudos sociais e atende segurados em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a direitos como aposentadorias, pensões e o BPC (Iamamoto, 1995).

O serviço social junto aos povos indígenas no Brasil desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e na proteção de direitos sociais, respeitando a diversidade cultural e étnica. Essa atuação é moldada por uma abordagem que busca conciliar a oferta de serviços públicos com o reconhecimento das especificidades culturais, como previsto na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) atua na mediação e qualificação das políticas de assistência social, colaborando com profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para garantir que os serviços oferecidos sejam culturalmente adequados e acessíveis às comunidades indígenas. No entanto, cabe principalmente aos agentes locais da rede de proteção social executar essas políticas e assegurar o acesso aos direitos fundamentais desses povos.

O campo do serviço social enfrenta desafios relacionados à visibilidade da questão indígena. Em muitos casos, as pautas e necessidades indígenas ainda são marginalizadas nos debates públicos e profissionais, o que é interpretado como uma tentativa de invisibilização e perpetuação de lógicas coloniais. Nesse contexto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais (CRESS) têm se posicionado, promovendo debates e posicionamentos públicos, como a oposição à tese do marco temporal e o fortalecimento da participação indígena em espaços políticos e sociais.

Além disso, a prática do serviço social em territórios indígenas requer uma compreensão aprofundada das transformações sociais e históricas que impactam essas comunidades. A atuação envolve não apenas questões relacionadas ao acesso à saúde e à educação, mas também a luta por território e proteção ambiental, elementos centrais na identidade e no bem-viver dos povos originários (Avila; Mattedi; Silva, 2007). Assim, o serviço social junto aos povos indígenas é um campo de prática complexa e desafiadora, que demanda uma abordagem crítica, decolonial e engajada na defesa de direitos e na valorização da diversidade cultural.

2.1.5 Relevância do Serviço Social:

O serviço social tem papel fundamental no enfrentamento das desigualdades e na garantia dos direitos dos povos indígenas, que historicamente foram marginalizados e privados de seus direitos básicos, como saúde, educação, território e acesso à cidadania plena. A relevância dessa atuação se evidencia na promoção de uma justiça social que respeite a diversidade cultural e valorize a cosmovisão indígena (Behring; Boschetti, 2017).

A atuação do serviço social junto aos povos indígenas é essencial para promover a cidadania, garantir direitos sociais e enfrentar desigualdades estruturais. Esses povos vivenciam vulnerabilidades históricas, como a luta pelo reconhecimento de terras, acesso desigual à saúde e educação, e a marginalização social e cultural. Dessa forma, a inserção do serviço social busca não apenas fornecer assistência, mas também atuar como um instrumento de transformação social, respeitando as especificidades culturais e fortalecendo a autonomia dessa população (Iamamoto, 2001).

O assistente social é um mediador entre os povos indígenas e as políticas públicas, promovendo o acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação e assistência social. O fortalecimento da cidadania é um aspecto central nessa atuação, respeitando a diversidade cultural e fomentando práticas que valorizam o saber indígena. O serviço social também contribui para garantir que as políticas públicas sejam inovadoras de forma adaptada às necessidades (Behring; Boschetti, 2017).

2.1.6 Desafios:

Segundo Sauer e Ribeiro (2012) os assistentes sociais desempenham uma função de mediadora entre as comunidades indígenas e o Estado, promovendo o acesso às políticas públicas e garantindo que esses serviços respeitem as particularidades culturais. Por exemplo, no âmbito da saúde, os povos indígenas possuem concepções de bem-estar que envolvem a espiritualidade e a relação com a natureza, o que desafia a implementação de programas universais e exigem uma abordagem intercultural. O trabalho do serviço social é essencial para adaptar e traduzir essas necessidades dentro das políticas de saúde e assistência social, de modo que não se imponham práticas alheias à cultura local.

A Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são marcos fundamentais na garantia de direitos diferenciados aos povos indígenas. Contudo, a efetivação desses direitos depende da atuação dos profissionais do serviço social, que precisam combater a exclusão e a invisibilidade, promovendo a participação ativa dos indígenas nos processos de construção e implementação.

De acordo com Silva (2010) “os povos indígenas estão entre os grupos mais vulneráveis social e economicamente no Brasil, vivendo muitas vezes em condições de pobreza extrema, com acesso limitado a serviços de saúde e educação. A atuação dos assistentes sociais busca romper com essa lógica excludente por meio de ações afirmativas e políticas de proteção social”. Um dos desafios é enfrentar as práticas coloniais ainda presentes nas estruturas sociais. Nesse sentido, o serviço social adota uma abordagem crítica e decolonial, considerando a história de violência e expropriação vivida por esses povos. Ao questionar a imposição de valores ocidentais e propor práticas que respeitem os modos de vida da sociedade indígena, o serviço social contribui para a construção de uma mais justa e igualitária (Silva, 2010).

A proteção dos territórios indígenas é uma questão central para a atuação dos assistentes sociais, uma vez que o vínculo entre a terra e a identidade dos povos originários é fundamental para o seu bem-viver. Conflitos fundiários e ameaças de exploração econômica, como a mineração e a expansão do agronegócio, estão colocados em risco de sobrevivência física (Sauer e Ribeiro, 2012). Conforme Silva e Rafael (2010) o serviço social, em articulação com movimentos sociais e organizações indígenas, desempenha um papel relevante na defesa desses territórios e na mediação de conflitos, promovendo o diálogo entre diferentes atores e fortalecendo a luta por direitos socioambientais.

Barreiras Linguísticas: Em algumas comunidades, a comunicação pode ser comprometida pela falta de intérpretes ou pelo desconhecimento da língua indígena por parte dos profissionais. A contratação de intérpretes ou a formação básica de profissionais nas línguas locais são estratégias recomendadas. **Preconceito e Invisibilidade:** Os povos indígenas ainda enfrentam discriminação e marginalização em muitos contextos sociais e institucionais. O serviço social tem a missão de combater esses preconceitos, atuando para que as políticas públicas sejam aplicadas sem discriminação e com respeito à pluralidade cultural.

Conflitos de Território e Saúde Mental: A remoção forçada de comunidades ou a exploração predatória de terras são causas de sofrimento psíquico. O atendimento intercultural precisa integrar ações de saúde mental, promovendo o acolhimento desses traumas em sintonia com os rituais e práticas espirituais das comunidades.

2.1.7 Práticas

As práticas do serviço social com povos indígenas vão além da prestação de serviços e do atendimento emergencial. Elas envolvem o fortalecimento da autonomia, a articulação política e a promoção de um atendimento intercultural e integral. Essas práticas são fundamentais para enfrentar a exclusão e construir uma sociedade mais justa, que respeite a pluralidade e valorize as diferentes

formas de vida e organização social (Avila; Mattedi; Silva, 2007). A atuação do serviço social vai além da assistência técnica, sendo também política. A participação dos assistentes sociais em conselhos, fóruns e movimentos sociais tem sido crucial na defesa dos direitos indígenas. Campanhas promovidas pelo CFESS, como as que se posicionam contra a tese do marco temporal, são exemplos de importância do engajamento político desses profissionais na proteção dos direitos do povo.

Por meio dessa participação política, o serviço social contribui para fortalecer a cidadania indígena e garantir a autonomia dessas comunidades, que historicamente foram arquivos de processos decisivos. A articulação entre movimentos sociais e assistentes sociais cria oportunidades para que os próprios indígenas se tornem protagonistas na formulação de políticas públicas que os afetem (Behring; Boschetti, 2017). De acordo com (Sauer e Ribeiro, 2012) o serviço social com povos indígenas requer estratégias diferenciadas e práticas específicas, uma vez que envolve o reconhecimento da diversidade cultural e a superação de barreiras sociais, históricas e territoriais. A seguir, são apresentadas algumas das principais práticas profissionais que orientam a atuação dos assistentes sociais nesse contexto:

- **Atendimento Intercultural e Escuta Qualificada:** O atendimento intercultural implica na adaptação das práticas de assistência social às realidades e cosmovisões indígenas respeitando às práticas tradicionais em adaptação das políticas públicas. A escuta vai além da coleta de informações e requer uma postura aberta e sensível do assistente social.

- **Defesa e Mediação de Direitos:** Os assistentes sociais atuam como mediadores entre as comunidades e o poder público, articulando o acesso a direitos e políticas públicas. Isso inclui desde a inclusão em programas de transferência de renda até a defesa de direitos territoriais e ambientais.

- **Articulação com Redes de Proteção Social e Movimentos Sociais:** A prática em rede é fundamental para garantir que as demandas indígenas sejam atendidas de forma integral. Os assistentes sociais trabalham em conjunto com organizações da sociedade civil, movimentos indígenas e órgãos públicos, como a Funai, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). A participação ativa em conselhos de políticas públicas e fóruns de discussão fortalece o diálogo interinstitucional e amplia a incidência política.

- **Enfrentamento do Paternalismo e Fortalecimento da Autonomia:** O serviço social busca superar práticas paternalistas que tratam os povos indígenas como dependentes de assistência. O foco não está fortalecendo a autonomia comunitária.

- **Promoção da Saúde e Assistência Social Integral:** No campo da saúde, os assistentes sociais colaboram com equipes multidisciplinares para garantir o acesso à saúde indígena de forma integral e intercultural.

- **Posicionamento Político:** A atuação do serviço social é também uma prática política. Assistentes sociais frequentemente se posicionam contrapropostas legislativas que ameaçam os direitos indígenas.

2.1.8 Implicações:

A atuação do assistente social junto às populações indígenas tem implicações éticas e políticas. O respeito à diversidade cultural e o combate à exclusão social são fundamentais, mas é necessário um compromisso contínuo com a desconstrução de práticas coloniais e a promoção de uma cidadania ampliada. O serviço social, nesse contexto, torna-se um instrumento essencial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de considerar e valorizar as contribuições dos povos originários na formação (Nunes; Silva, 2013). A atuação do assistente social com povos indígenas enfrenta limitações estruturais e institucionais, como a falta de políticas específicas e a precarização dos serviços públicos em territórios indígenas. Entre os principais desafios estão: Falta de formação especializada e o preconceito e discriminação institucional (Behring; Boschetti, 2017).

As implicações da atuação do assistente social com povos indígenas envolvem desafios complexos que exigem competência técnica, sensibilidade cultural e compromisso ético-político. A mediação entre diferentes visões de mundo, a defesa dos direitos coletivos e o enfrentamento das desigualdades estruturais são elementos centrais dessa prática. Por meio de uma atuação comprometida e transformadora, os assistentes sociais selecionados para a construção de um serviço público inclusivo e respeitoso das diversidades culturais, promovendo a justiça social e a equidade (Sauer e Ribeiro, 2012).

2.2 POVOS ORIGINÁRIOS: BREVES CONCEITOS

A saúde indígena no Brasil é um tema complexo e multifacetado, que envolve aspectos históricos, sociais, culturais e políticos. A forma como a saúde dos povos indígenas foi integrada ao longo da história reflete, em grande medida, as relações de poder e as políticas inovadoras pelos diferentes governos brasileiros. Para compreender a situação atual, é fundamental considerar os processos históricos que moldaram a saúde indígena no país, bem como os desafios contemporâneos enfrentados por essa situação (Garnelo; Pontes, 2012).

Durante o período colonial, os cuidados de saúde para os indígenas eram praticamente inexistentes. Os colonizadores viam os povos indígenas como mão de obra ou como obstáculos à exploração das terras. As poucas iniciativas relacionadas à saúde indígena eram conduzidas por ordens religiosas, como os jesuítas, que visavam, além da evangelização, tratar algumas doenças e cuidar dos

convertidos (Hemming, 2007). No entanto, essas ações eram isoladas e não se configuravam como uma política pública.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS POVOS INDÍGENAS

Com a independência do Brasil em 1822, as políticas públicas de saúde apoiaram a melhoria das populações indígenas. O Estado brasileiro, ao longo do século XIX e início do século XX, via os indígenas como uma população a ser "civilizada" ou incorporada ao restante da sociedade brasileira (Ramos, 1998). A saúde indígena, portanto, continuou marginalizada, e as comunidades indígenas permaneceram à mercê de doenças trazidas pelo contato com a população não indígena.

A partir da década de 1950, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que posteriormente se tornaria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Estado brasileiro iniciou a implementação de políticas externas para a proteção e assistência aos povos indígenas. No entanto, a saúde continuou a ser separada de forma secundária, sendo as principais preocupações do SPI e da FUNAI específicas para questões de proteção territorial e controle da violência contra os povos indígenas (Fundação Nacional de Saúde, 2002). Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que os povos indígenas passaram a ter seus direitos à saúde reconhecidos de maneira mais clara e efetiva. O artigo 231 da Constituição garante aos indígenas o direito às suas terras, culturas e modos de vida, e também estabelece que a saúde indígena deve ser de responsabilidade do Estado (Brasil, 1999).

Nos anos 1990, o Brasil atualizou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, parte do Sistema Único de Saúde (SUS). A criação do subsistema foi um avanço significativo, pois passou a considerar as especificidades culturais dos povos indígenas e a necessidade de atendimento diferenciado, levando em conta fatores como a localização geográfica e as práticas tradicionais de saúde (Langdon; Garnelo, 2017). Além disso, foram criados os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que passaram a atuar como unidades descentralizadas de atenção à saúde indígena, com foco na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Apesar dos avanços institucionais e jurídicos, a saúde indígena no Brasil ainda enfrenta desafios recentes no século XXI. Um dos principais problemas continua sendo o acesso aos serviços de saúde. Muitos povos indígenas vivem em áreas remotas e de difícil acesso, o que dificulta a chegada de equipes de saúde e o fornecimento contínuo de medicamentos e tratamentos. Além disso, há um déficit de infraestrutura em muitas dessas áreas, o que compromete a qualidade dos serviços prestados (Brasil, 2013). Outro desafio importante é o respeito às práticas tradicionais de saúde. Muitos povos indígenas possuem sistemas de saúde próprios, baseados em conhecimentos ancestrais e práticas tradicionais, como o uso de plantas medicinais e rituais de cura. A integração dessas práticas ao sistema de saúde

pública ainda é limitada, o que pode gerar desconfiança e resistência por parte das comunidades indígenas em relação ao sistema de saúde (Cunha, 2012).

As doenças infecciosas, como malária, tuberculose e doenças respiratórias, continuam a ser uma das principais causas de morbidade e mortalidade entre os povos indígenas. Além disso, nos últimos anos, as doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, têm se tornado mais frequentes, especialmente entre países que passaram a ter maior contato com a sociedade não indígena (APIB, 2020). A pandemia de COVID-19 trouxe à tona de maneira dramática as vulnerabilidades da saúde indígena no Brasil. As populações indígenas foram consideradas como grupos de risco, devido à alta incidência de comorbidades, à precariedade das condições de vida em muitas aldeias e à dificuldade de acesso a serviços de saúde especializados. A COVID-19 teve um impacto devastador em muitas comunidades indígenas, especialmente na Amazônia, onde o vírus se reduziu rapidamente em regiões de difícil acesso (Ministério da Saúde, 2021). Segundo o Ministério da Saúde (2021) a resposta do governo federal à pandemia foi amplamente criticada pelas organizações de defesa dos direitos indígenas, que denunciaram a falta de recursos e de planejamento específico para as comunidades indígenas. Embora as campanhas de vacinação tenham sido realizadas nas aldeias, a chegada das vacinas foi lenta e insuficiente para impedir a propagação do vírus em muitas áreas.

A saúde indígena no Brasil necessita de uma abordagem que considere, além do atendimento médico, a proteção dos territórios e dos modos de vida indígena. O desmatamento e a invasão de terras indígenas por garimpeiros, madeireiros e grileiros têm impactos diretos na saúde desses povos, trazendo novos vetores de doenças e contaminando fontes de água e alimentos (Sousa, 2021). Nesse sentido, a defesa dos direitos territoriais indígenas é um componente essencial para a promoção da saúde. A participação ativa dos povos indígenas na formulação e implementação de políticas de saúde é outro aspecto central. A criação de espaços de diálogo e a valorização dos saberes tradicionais são fundamentais para garantir que as políticas de saúde respeitem as particularidades culturais (Souza et al, 2013).

O sistema de saúde voltado para os povos indígenas no Brasil está intrinsecamente relacionado ao processo histórico de colonização e suas consequências para essas populações. A partir do século XX, com a criação de órgãos específicos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, e, posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve o reconhecimento do direito dos povos indígenas à saúde de forma diferenciada e com respeito às suas especificidades culturais. O artigo 231 da Constituição garante aos indígenas a proteção de seus modos de vida e o direito à saúde, o que reflete o compromisso do Estado em criar políticas públicas.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que integra o Sistema Único de Saúde (SUS), foi instituído pela Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, conhecida como Lei Arouca. Esta normativa legal determinou a criação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que se responsabilizam pela execução de políticas de saúde diferenciadas. Entre essas unidades, as Casas de Saúde Indígena (CASAI) surgem como espaços essenciais de acolhimento e apoio para os indígenas que refletem de tratamento fora de suas aldeias (BRASIL, 2021). A CASAI Parintins, por exemplo, é uma das muitas instituições que prestam esses serviços e enfrenta desafios peculiares na interação com diversas etnias.

2.4 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE INDÍGENA

A Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) de Parintins integra a rede de atenção à saúde dos povos indígenas coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), oferecendo abrigo e suporte a indígenas que necessitam se deslocar de suas aldeias para tratamento médico. Localizada estrategicamente na região do Médio Amazonas, Parintins atende a diversas etnias, como os Sateré-Mawé e Munduruku, que enfrentam grandes obstáculos para acessar os serviços de saúde, sobretudo pelas barreiras geográficas, culturais e estruturais. A CASAI fornece hospedagem, alimentação, transporte para unidades de saúde e apoio social, assumindo papel fundamental diante das longas distâncias e da sobrecarga do sistema, agravada por uma infraestrutura limitada e alta demanda.

Apesar de sua importância, a CASAI de Parintins enfrenta desafios significativos, como a logística de transporte em períodos de cheia, a dificuldade de adaptação dos indígenas ao ambiente urbano, as barreiras linguísticas e a inadequação da alimentação oferecida aos hábitos tradicionais. Para superar essas limitações, é essencial uma articulação intersetorial entre a SESAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e as secretarias de saúde, visando garantir atendimento integral, respeitoso e culturalmente sensível. Investimentos em infraestrutura, capacitação das equipes e inserção de profissionais qualificados são medidas necessárias para melhorar o acolhimento e a inclusão desses povos no sistema de saúde.

Nesse contexto, o assistente social exerce um papel estratégico, atuando como mediador entre os indígenas e o Estado, conforme destaca Iamamoto (2008), com foco na garantia de direitos sociais. Na CASAI de Parintins, esse profissional realiza escuta qualificada, identifica demandas sociais, de saúde e educação, fornece orientação sobre políticas públicas e encaminha para serviços diversos. Atua também em parceria com órgãos públicos e organizações da sociedade civil, promovendo ações de enfrentamento à violência, defesa de direitos humanos e fortalecimento da autonomia das comunidades indígenas.

Entre suas atribuições, destaca-se a realização de visitas domiciliares às comunidades ou aos indígenas hospedados, o que permite conhecer a realidade social, econômica e cultural das famílias, fortalecendo vínculos e favorecendo intervenções mais eficazes. Nessas visitas, o assistente social orienta sobre benefícios assistenciais, acesso a serviços públicos e direitos fundamentais, além de encaminhar casos para atendimento médico, psicológico ou jurídico, conforme necessário.

A atuação também inclui apoio à emissão de documentos civis, como RG, CPF e certidões de nascimento, fundamentais para garantir acesso à cidadania. Diante da dificuldade de acesso a cartórios em regiões remotas, o assistente social pode articular mutirões de documentação ou acionar serviços itinerantes do poder público. No âmbito do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), o assistente social organiza e formaliza solicitações junto aos órgãos de saúde, auxilia na obtenção de laudos médicos e providencia transporte, hospedagem e alimentação para pacientes e acompanhantes, assegurando o cumprimento dos direitos estabelecidos pelo programa. Além disso, colabora com o uso do SISREG, sistema essencial para garantir o encaminhamento dos pacientes a serviços especializados.

A educação em saúde é outra frente importante do trabalho do assistente social na CASAI. Suas ações visam promover hábitos saudáveis, prevenção de doenças e fortalecimento da saúde coletiva, sempre respeitando a diversidade cultural e os saberes tradicionais dos povos indígenas. A construção de um cuidado pautado na escuta, no respeito às identidades e na valorização dos modos de vida indígenas é essencial para garantir um atendimento humanizado e efetivo. Assim, a CASAI de Parintins representa não apenas um espaço de acolhimento, mas também um ponto estratégico para a efetivação das políticas públicas voltadas à saúde indígena. O papel do assistente social nesse contexto é indispensável para promover equidade, acesso e respeito às especificidades culturais, contribuindo para a inclusão dos povos indígenas no sistema de saúde e o fortalecimento do diálogo entre saberes tradicionais e científicos.

2.4.1 Saúde Indígena e o Enfrentamento de Desigualdades

A saúde indígena no Brasil foi estruturada para atender as especificidades culturais e territoriais dessas populações. Segundo Garnelo e Macedo (2009), a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas estabelece diretrizes que buscam superar as barreiras de acesso aos serviços de saúde, considerando a situação de vulnerabilidade em que muitas comunidades indígenas vivem. Nesse cenário, o assistente social desempenha um papel estratégico ao promover a articulação entre a equipe multidisciplinar de saúde e as comunidades indígenas.

O conceito de vulnerabilidade é essencial para entender a importância da atuação do assistente social nas CASAI. Para Ayres (2003), a vulnerabilidade deve ser entendida não apenas como uma

condição de saúde, mas como uma relação entre contextos sociais, econômicos e culturais que afetam as possibilidades de proteção e bem-estar. No contexto das CASAI, os assistentes sociais precisam lidar com os impactos do contato dessas populações com o mundo não-indígena, como o deslocamento para as cidades, o acesso desigual aos serviços públicos e a possível perda de laços culturais.

2.4.2 A Interculturalidade e o Respeito aos Saberes Tradicionais

A prática do assistente social junto aos povos originários exige um profundo respeito pelos saberes tradicionais e a interculturalidade. A interculturalidade é um conceito que, segundo Fleuri (2003), implica em uma relação de diálogo entre diferentes culturas, respeitando a diversidade e construindo práticas que valorizem os conhecimentos indígenas. O desafio para o assistente social é desenvolver práticas que não apenas imponham as lógicas do mundo ocidental, mas que integrem as visões de mundo e práticas de cura dos povos indígenas. Dessa forma, o assistente social deve atuar como um facilitador, promovendo espaços de diálogo entre as equipes de saúde, que muitas vezes desconhecem as realidades indígenas, e os próprios povos indígenas. Isso inclui entender e respeitar as práticas tradicionais de cuidado com a saúde, muitas vezes baseadas no uso de plantas medicinais e nas curas espirituais, bem como valorizar as lideranças indígenas que atuam como mediadores das necessidades de suas comunidades.

2.4.3 Desafios e Perspectivas

A atuação do assistente social junto aos povos indígenas nas CASAI enfrenta diversos desafios, entre eles, a escassez de recursos materiais e humanos, a distância geográfica entre as comunidades indígenas e os centros urbanos, e as diferenças culturais que podem dificultar o acesso aos serviços de saúde. Segundo Yazbek (2009), o trabalho do assistente social requer uma articulação constante entre as demandas da população e a estrutura limitada de políticas públicas, o que pode gerar situações de conflito e frustração.

Contudo, o avanço das políticas de atenção à saúde indígena tem proporcionado novas possibilidades para o trabalho dos assistentes sociais. A ampliação do reconhecimento dos direitos dos povos originários, aliada à maior inserção de profissionais qualificados nas CASAI, aponta para uma perspectiva mais promissora no atendimento às necessidades de saúde dessas populações. A formação continuada dos assistentes sociais para atuar de forma sensível às questões indígenas é um aspecto fundamental para a superação das dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho.

3 METODOLOGIA

A pesquisa iniciou com a definição clara do tema a ser estudado, com foco em questões específicas que guiaram a investigação. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico. A pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica, que será abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas na sua realização. Esse tipo de pesquisa é concebido por diversos autores, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002).

O primeiro passo consistiu em escolher um tema relevante e atual, delimitando a área de interesse. Isso incluiu a formulação de perguntas de pesquisa específicas. Foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO e BIREME, além de livros, teses e artigos científicos relevantes. Palavras-chave relacionadas ao tema foram utilizadas para otimizar os resultados. Para Gil (2002, p. 17), “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

As fontes foram selecionadas com base em critérios de relevância, credibilidade e atualidade. Somente publicações revisadas por pares e materiais de autores reconhecidos na área foram consideradas. As fontes selecionadas deveriam ter sido publicadas e revisadas por pares, como livros acadêmicos e artigos relevantes da área, sendo que publicações recentes foram priorizadas. Também foi feita a análise da reputação dos autores e das editoras, buscando garantir a qualidade da informação.

As obras selecionadas foram analisadas criticamente, levando em conta metodologias, resultados e discussões apresentadas. Foi realizado um levantamento das principais contribuições e limitações de cada fonte, permitindo uma visão ampla e fundamentada sobre o tema proposto. As informações coletadas foram organizadas de forma sistemática, agrupando-as por temas ou categorias, o que facilitou a construção da argumentação e a comparação entre diferentes autores.

Com base na análise das fontes, foi elaborado um referencial teórico que sustentasse a discussão dos temas abordados. Este referencial incluiu conceitos, teorias e modelos relevantes para a compreensão e aprofundamento da problemática investigada. A redação do trabalho seguiu uma estrutura lógica, começando pela introdução, passando pela revisão da literatura e culminando nas conclusões. Foram utilizadas citações diretas e indiretas conforme necessário, com o objetivo de integrar as informações analisadas, discutir as relações entre as obras e apresentar conclusões baseadas nas evidências coletadas. O texto seguiu as normas de formatação acadêmica pertinentes.

A pesquisa bibliográfica permitiu uma compreensão aprofundada da temática e contribuiu para o avanço do conhecimento na área estudada. Todo esse percurso metodológico representou um processo sistemático e rigoroso, que não apenas reuniu informações, mas também analisou

criticamente o conhecimento existente, contribuindo para um entendimento mais completo e qualificado do tema escolhido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do assistente social na CASAI Parintins apresenta uma série de desafios e específicos que encerram uma abordagem diferenciada e sensível às questões culturais e sociais dos povos originários. A mediação entre os saberes tradicionais indígenas e o sistema de saúde ocidental, o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e o respeito à diversidade cultural são aspectos centrais desse trabalho. Para que o atendimento na CASAI seja eficaz, é fundamental que os assistentes sociais continuem a se aprimorar e a buscar formas de fortalecer a articulação entre as diferentes esferas envolvidas no cuidado à saúde.

A atuação do assistente social junto aos povos originários na CASAI Parintins revela a complexidade da intersecção entre políticas de saúde, direitos humanos e diversidade cultural. Para além de responder às demandas imediatas de saúde, o assistente social tem a responsabilidade de promover a equidade e a justiça social, considerando as especificidades dos povos indígenas. Dessa forma, o desenvolvimento de práticas interculturais e o respeito aos saberes tradicionais são aspectos centrais para um atendimento que respeite as particularidades dessas populações.

A atuação do assistente social junto aos povos originários do Brasil é repleta de desafios e complexidades, exigindo uma abordagem sensível e comprometida com a defesa dos direitos humanos e culturais. O trabalho com comunidades indígenas exige uma compreensão profunda das especificidades culturais, sociais e territoriais que envolvem esses povos, bem como uma postura ética baseada no respeito à alteridade e na valorização.

As questões relacionadas ao acesso aos direitos sociais, à educação, à saúde, à terra e à proteção territorial são centrais na luta dos povos indígenas pela sua sobrevivência e pela manutenção de seus modos de vida. Nesse cenário, o assistente social deve atuar como um mediador cultural, garantindo que as políticas públicas sejam adaptadas às realidades dessas comunidades e que seus direitos sejam respeitados e implementados. A luta pela demarcação das terras indígenas e a defesa contra os impactos da exploração de recursos naturais, como a mineração e o agronegócio, específicas áreas de extrema importância para a prática profissional, exigindo um posicionamento firme em prol da luta.

A importância de uma atuação intersetorial, envolvendo diversas disciplinas e profissionais, é também destacada como uma estratégia eficaz na defesa dos direitos indígenas. O assistente social, ao trabalhar em parceria com advogados, antropólogos, ambientalistas e lideranças indígenas, pode fortalecer as comunidades e promover a construção de políticas públicas mais justas.

Por fim, a prática do Serviço Social junto aos povos originários deve ser guiada pela promoção da autonomia, do protagonismo e da participação ativa dessas comunidades na formulação e execução das políticas que afetam suas vidas. Somente por meio de um diálogo respeitoso e do fortalecimento da resistência indígena será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade cultural seja valorizada e os direitos dos povos originários. Portanto, o papel do assistente social é fundamental para construir uma ponte entre as necessidades das comunidades indígenas e as políticas públicas, contribuindo para a inclusão social e o reconhecimento pleno dos direitos indígenas. Através de uma atuação que valoriza a alteridade e o respeito à diversidade, o assistente social pode ser um agente de transformação social, auxiliando na luta pela justiça, igualdade e respeito.

REFERÊNCIAS

- AVILA, R.R.M, MATTEDI, A.M, SILVA, S.M, Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional, Serv. Soc. Soc, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.112>.
- AYRES, J. R. C. M. Vulnerabilidade e atenção aos direitos humanos na saúde. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 178-193, 2003.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; FERREIRA, Sílvia Helena de Bessadas Muñoz; YAZBEK, Maria Carmelita. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 177–192.
- ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque. Instrumentos e técnicas do serviço social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2021. Disponível em: <http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/743>.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2). ISBN 978-85-249-2571-9.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BONETTI, Dilseadeodata *et al.* Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 232 p.
- CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: Ed. CFESS/ABEPSS, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS Manifesta Dia do Meio Ambiente. Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/>>.
- CARDOSO, I. C. C.; CÉSAR, M. J. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. Entrevista com Marilda Villela Iamamoto sobre os 33 anos do livro Relações sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 225-247, 2015.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural na América Latina: experiências de diálogo intercultural com povos indígenas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 53-67, 2003.
- FORTI, Valeria Lucília. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2016. ISSN 1982-0259. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p373>

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lucia (org.). Saúde indígena: uma introdução ao tema. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2012. 296 p. Ilus., tab., graf., mapas.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2022. ePub. ISBN 978-65-5555-276-8.

IAMAMOTO, M. V. Comentários. Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, n. 3, jul. 1995.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos de Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 128, 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil 11. ed. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 1996.

KAMEYAMA, N. A concepção de teoria e metodologia. Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, n. 3, jul. 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LIMA, R. S. Infância, mito da feliz(cidade) e a dimensão coercitiva da assistência social. Vértices, v. 22, n. especial, p. 748-771, 31 dez. 2020.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. t. 2, v. I, livro primeiro: O processo de produção do capital.

MARX, K. Para a crítica da economia política do capital (o rendimento e suas fontes) São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. (Coleção Os pensadores).

MARX, K. O capital São Paulo: Editora Moraes, 1985. Capítulo VI inédito: Resultados do processo de produção imediata.

MATOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.

NUNES, L.S, SILVA, MA. G, O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-quest%C3%A3o-socioambiental-na-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>.

SILVA M, G. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M.G.; RAFAEL, P.R.B.A. A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil: Uma curta história, novos desafios profissionais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12., Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, C.M.; LEWGOY, A.B.; ABREU, M.H.E. (org.). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 21, n. 1, p. 183–194, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2018v21n1p183>.